

economia

Caixa negocia compra de carteiras do BRB

Conforme cúpula do banco, federalização é considerada prematura enquanto o Banco Central avalia medidas prudenciais

/ BANCOS

A Caixa Econômica Federal negocia a compra de carteiras de crédito do Banco de Brasília (BRB). A cúpula do banco nacional não descarta debater outras soluções, mas a discussão sobre a federalização do BRB é vista como “prematura”, segundo pessoas a par do tema ouvidas pela reportagem.

No momento, o que está efetivamente na mesa é a possibilidade de a Caixa adquirir carteiras originadas pelo próprio BRB, que tenta reforçar a sua liquidez, combatida pela necessidade de provisionar ao menos R\$ 5 bilhões por causa de perdas esperadas com ativos do Banco Master.

Em outra ponta, a cúpula da Caixa não descarta que as discussões evoluam para outras frentes. Uma alternativa é a participação do banco federal em um consórcio que viabilizaria um empréstimo para que o governo do Distrito

Federal aporte recursos no BRB - ponto que é visto como mais importante do que a liquidez de curto prazo neste momento.

As informações foram publicadas primeiro pelo jornal O Globo e confirmadas pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Segundo pessoas que acompanham o tema de perto, as tratativas sobre esse empréstimo ainda são iniciais. Mas essa alternativa é vista como a melhor para socorrer o banco do DF, por ser menos extrema do ponto de vista do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Como mostrou o Estadão, o Banco Central pode aplicar uma série de medidas prudenciais preventivas no BRB caso o governo distrital não realize os aportes até 31 de março, a data-limite para a divulgação do balanço do banco público.

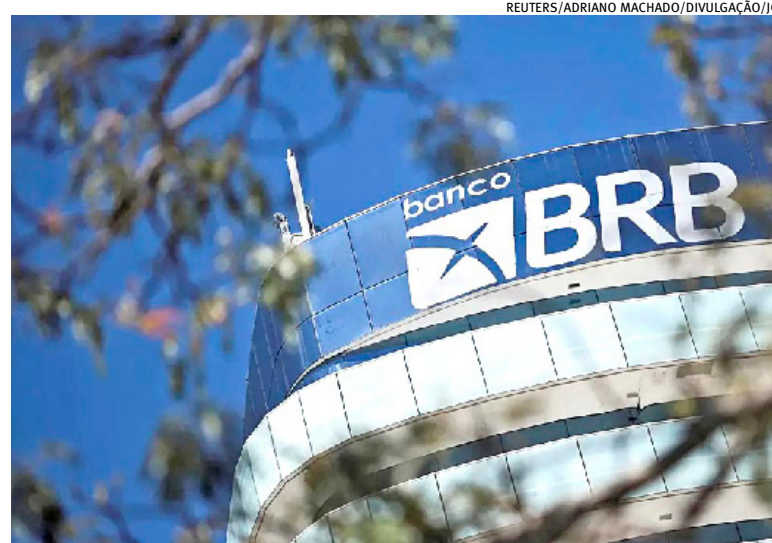
O aporte é necessário por causa da compra, pelo BRB, de R\$ 12,2 bilhões em créditos falsos

do Banco Master. O banco distrital conseguiu trocar esses créditos por outros ativos do Master. Mas, por causa da qualidade duvidosa dos papéis, pode ter uma perda de R\$ 5 bilhões a R\$ 9 bilhões.

O patrimônio líquido de referência do BRB era de R\$ 4,289 bilhões em setembro de 2025, o último dado disponível. Isso significa, na prática, que o banco do DF ficou com as contas negativas ao ter de provisionar ao menos R\$ 5 bilhões para lidar com as eventuais perdas.

A possibilidade de um empréstimo vem sendo negociada pelo governo distrital com uma série de bancos e com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Esse passo é necessário porque o governo do DF, que é o acionista controlador do BRB, não tem recursos em caixa para realizar o aporte, como mostrou o Estadão.

Na sexta-feira (20), o governo do DF enviou à Câmara Legislativa (CLDF) um projeto de lei com



REUTERS/ADRIANO MACHADO/DIVULGAÇÃO/JC

Banco do DF registra prejuízo ao reservar R\$ 5 bi para possíveis perdas

medidas para capitalizar o BRB. O texto inclui entre as possibilidades o uso de 12 imóveis públicos como garantia para a operação.

Segundo interlocutores, esse projeto é fundamental para avançar nas tratativas, mas a sua aprovação é a parte mais simples do processo, já que o empréstimo

precisa ser negociado com as instituições financeiras.

Os termos finais vão depender da precificação e de uma série de riscos jurídicos. Até o momento, nenhuma proposta concreta chegou ao FGC ou às instituições financeiras que podem viabilizar o aporte.

Trump diz ter mais poder e força para agir no comércio

/ TARIFAÇO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a afirmar que a decisão da Suprema Corte que derrubou suas tarifas globais acabou ampliando seus poderes para agir na área comercial. Em publicação na Truth Social, o republicano escreveu que a “suprema corte (vou usar letras minúsculas por um tempo, diante da completa falta de respeito!)” lhe deu “muito mais poderes e força” do que tinha antes da decisão, classificada por ele como “ridícula, estúpida e altamente divisiva no cenário internacional”.

Segundo o presidente, ele po-

derá recorrer a licenças para fazer coisas “absolutamente ‘terríveis’” contra países estrangeiros, especialmente os que “vêm nos passando para trás há muitas décadas”. Trump criticou o fato de, segundo sua leitura do julgamento, não poder cobrar taxas associadas a essas autorizações. “Mas todas as licenças cobram taxas; por que os Estados Unidos não podem fazê-lo? Você concede uma licença para cobrar uma taxa!”, escreveu.

Trump também afirmou que a Corte “aprovou todas as outras Tarifas, que são muitas”, e que elas poderão ser usadas de maneira “muito mais poderosa e irritante, com segurança jurídica”,

em comparação às medidas baseadas na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), invalidadas por 6 votos a 3.

A decisão da Suprema Corte concluiu que a IEEPA não autoriza o presidente a impor tarifas, reforçando que a Constituição atribui ao Congresso o poder de instituir tributos. O julgamento colocou em xeque mais de US\$ 133 bilhões já arrecadados com as medidas.

Na mesma publicação, Trump voltou a criticar o tribunal e mencionou a 14ª Emenda, adotada após a Guerra Civil e que garante cidadania a todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, além de assegurar igualdade de proteção das leis. Ele afirmou que a emenda foi escrita para proteger os “bebês de escravos” e que isso estaria comprovado pelo “momento exato” de sua elaboração, apresentação e ratificação, que “coincidiu perfeitamente com o fim da guerra civil”. Segundo Trump, a Corte ainda poderá decidir “a favor da China” em temas como cidadania por nascimento, sem dar detalhes. “Deixem que nossa suprema corte continue tomando decisões tão ruins e prejudiciais ao futuro da nossa Nação - eu tenho um trabalho a fazer”, concluiu.

CHIP SOMODEVILLA / AFP



Trump argumentou contra decisão da Suprema Corte sobre tarifas

Sessão sobre termelétrica Rio Grande no TRF4 é adiada

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Estava prevista para ocorrer nesta terça-feira (24) uma nova discussão sobre a termelétrica Rio Grande no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), porém a sessão foi adiada. De acordo com a assessoria do TRF4, ainda não há uma data exata para que o assunto volte à pauta, mas a expectativa é que isso ocorra ainda em março.

Em dezembro, os desembargadores que trabalham no caso já haviam votado que a revogação da outorga da usina por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fosse revista. Porém, naquela ocasião, houve divergências em alguns outros pontos e uma nova sessão precisará ser realizada para abordar esses detalhes.

O tema que deve ser foco dos desembargadores no próximo encontro serão as condições de repasse do complexo termelétrico que será construído no município de Rio Grande ao grupo Cobra. Será indicado se o critério avaliado pela Aneel deverá ser somente a capacidade financeira da companhia espanhola ou o empreen-

dimento também será submetido novamente a outras análises técnicas do órgão regulador do setor elétrico.

Os desembargadores ainda podem alterar seus votos quanto à outorga, mas medidas como essa não são frequentes dentro do Judiciário. A usina teve a revogação da outorga do empreendimento determinada pela Aneel em outubro de 2017, devido a atrasos no cronograma do projeto. O complexo representaria um investimento de cerca de R\$ 6 bilhões.

O projeto da termelétrica Rio Grande foi inscrito pela empresa gaúcha Bolognesi e saiu vencedor de leilão de energia realizado pelo governo federal em novembro de 2014. A usina tinha como previsão de início de suprimento de geração a data de 1º de janeiro de 2019, contudo não conseguiu cumprir o prazo por, entre outros fatores, dificuldades com o licenciamento ambiental.

A capacidade instalada da termelétrica seria de 1.238 MW (cerca de um terço da demanda média de energia do Rio Grande do Sul). Além da térmica, o projeto prevê a construção de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) no Porto do Rio Grande.